



# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI**

### **N.º 185, DE 2003**

**(DO SR. MAURÍCIO RABELO)**

**Dispõe sobre a acessibilidade e uso de equipamento nas dependências de instituições bancárias e nos terminais remotos.**

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO;

E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART.54).

**APRECIÇÃO:**

Proposição sujeita à apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24,II.

### **PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As instituições financeiras bancárias ficam obrigadas a implementar modificações físicas nas áreas destinadas a atendimento do público, assim como soluções técnicas nos equipamentos de auto-atendimento, com vistas a acessibilidade e uso por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 2º Para o cumprimento do disposto nesta lei, entende como:

I - modificações físicas nas áreas destinadas a atendimento do público, as obras e reformas necessárias para a eliminação de qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso aos guichês de caixa e aos terminais de auto-atendimento, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas mencionadas no art. 1º.

II - soluções técnicas nos equipamentos, as alterações necessárias no software e hardware para o uso dos equipamentos pelas pessoas mencionadas no art. 1º.

Art. 3º A obrigatoriedade de soluções técnicas nos equipamentos de auto-atendimento é extensiva àqueles instalados em edifícios públicos ou privados de uso coletivo.

Art. 4º A infração ao disposto nesta lei sujeita o infrator às sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 4º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias a contar de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Os deficientes físicos deste País ainda constituem um grupo quase que excluído da cidadania. Seja nas ruas, prédios públicos ou privados, transporte coletivos, etc., é flagrante o descaso para com eles.

Dentre os agentes econômicos privados, as instituições financeiras se destacam pelo esquecimento dos problemas que os deficientes físicos com locomoção reduzida e os cegos têm para usar suas instalações e equipamentos. O presente projeto de lei visa a obrigá-las a implementar as reformas necessárias em suas instalações para que aqueles clientes possa circular em segurança, assim como adaptar seus equipamentos de terminais de auto-atendimento, na agência e fora dela, para que os cegos e as pessoas de visão reduzida não dependam de terceiros para efetivarem suas transações.

Pelo alcance social do escopo da proposição, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003.

Deputado **MAURÍCIO RABELO**

<p><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
---------------------------------------------------------------------------------------------

**LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.**

DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**TÍTULO I  
DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR**

.....  
.....

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º O presente Código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos artigos 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

.....  
....  
.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------